

EDITORIAL

Tocando em Frente

Caminhamos para os estertores de um ano desafiador, onde os Servidores Municipais foram (e continuam sendo!) postos à prova, sujeitados a um desgaste emocional e físico incomensurável, mercê da insensibilidade e descompromisso de políticos gestores que historicamente negligenciam a relevância do serviço público e seus agentes (mormente a Educação e seus Profissionais), numa cruel e questionável estratégia de estigmatização.

A intencionalidade é sobejamente conhecida, e as práticas extrapolam o âmbito do(s) município(os): forçar a precarização do serviço público direto, dando azo à sua terceirização/privatização e decorrente irrigação dos bolsos da iniciativa privada com os recursos advindos dos cofres públicos.

O curto prazo, com o advento de mais um ano eleitoral, sinaliza uma preocupante mesmice que cabe a cada servidor(a) consciente buscar superar, somando forças na busca de uma mobilização e atuação unificadas, caminho mais lógico para alguma conquista.

As páginas deste Informativo sinalizam a disposição da **APROFEM** em honrar a confiança que lhe é creditada pelos seus mais de 60.000 filiados, defendendo incondicionalmente as suas conquistas e granjeando a valorização e o respeito devidos a todos... com uma atuação apartidária e independente.



PARABÉNS APROFEM

Desde 28 de outubro de 1981, nossa história é marcada por independência, apartidarismo, trabalho, dedicação e o reconhecimento de mais de 60 mil filiados.

Nesta mesma data, celebramos também o **Dia do Servidor Público** e parabenizamos todos os Profissionais que, com seu empenho e compromisso, são essenciais para o funcionamento da cidade e para a construção de uma sociedade mais justa e acolhedora.

44 anos

DE COMPROMISSO COM A EDUCAÇÃO E COM O SERVIDOR PÚBLICO.

APROFEM



APP APROFEM

Facilidade, informações e diversos recursos na palma da sua mão

Faça agora o download e comece a usar

RECURSO EXCLUSIVO:
Calculadora de Evolução Funcional!

BAIXE AGORA! ➔

NESTA EDIÇÃO

Orientações para o Preenchimento do RAPRE	Página 6
APROFEM cobra e o HSPM responde	Página 7
Parceria APROFEM/Wellhub	Página 7

Reforma Administrativa: um golpe mortal no serviço público

Sob a denominação de “Reforma Administrativa”, a Comissão Especial da Câmara Federal elaborou, mais uma vez, uma Proposta de Emenda à Constituição – PEC, que pretende aprofundar a precarização dos serviços públicos, reduzir remunerações e direitos previdenciários e, como consequência, aniquilar progressiva e inevitavelmente os servidores estatutários.

A leitura atenta da proposta permite constatar que nenhum de seus dispositivos contribui para o fortalecimento dos serviços públicos, tampouco para a valorização dos servidores.

Não há previsão de incentivo à contratação por meio de concursos públicos, nem de afirmação dos direitos, da estabilidade funcional ou do regime jurídico único, além de não impor limitações às contratações precárias e terceirizadas.

Apesar dos discursos proferidos na mídia, nos quais se afirma que a PEC não atingiria os atuais servidores, essa PEC prevê:

- Extinção de quaisquer adicionais (quinquênios e sexta parte, por exemplo) e impedimento de evoluções exclusivamente por tempo de serviço;
- Obrigatoriedade de carreiras com, no mínimo, 20 categorias de evolução, o que diminuirá a remuneração ao longo do tempo;
- Estabelecimento de tabela unificada de salários, para todos os municípios, Estado e União, e de reestruturação obrigatória das carreiras, com a sua diminuição, acentuando o caráter transversal. Nesta mudança, não é permitido qualquer aumento de remuneração e os novos enquadramentos ainda poderão ser injustos e dificultar a completa evolução;
- Imposição de rígidos limites à despesa primária de Estados e Municípios, incluindo o gasto com pessoal, o que impedirá o aumento das contratações por concurso – já cada vez menores –, reajustes ou mesmo reposições inflacionárias, tornando praticamente impossível a recomposição de perdas salariais acumuladas. Isto inclui ainda a proibição de pagamentos retroativos, colocando em risco os pagamentos dos pisos da Saúde, Educação e outras áreas, tornando ainda inviável a reposição das perdas do congelamento salarial da pandemia;
- Criação de uma nova categoria de con-

cursado, contratado por tempo determinado – no mínimo dez anos –, após o qual será exonerado, e sem os direitos trabalhistas dos celetistas. Na prática, teremos a figura de um estatutário precarizado;

- Possibilidade de extinção de cargos e carreiras, que se tornarem desnecessários, sem qualquer critério objetivo definido. Os concursos, por sua vez, dependerão da efetiva comprovação de sua necessidade, ainda que haja vagas a serem preenchidas;

- Instituição da remuneração por bônus de produtividade, baseada nas avaliações de desempenho setoriais e individuais, sendo proibida sua incorporação às aposentadorias, o que desfaz o direito à paridade e diminui aposentadorias já corroídas e confiscadas;

- Agravamento das insuficiências e insolvências das Previdências dos servidores, na medida em que se diminui o número de concursados e se limitam os gastos com seus contribuintes;

- Possibilidade de descaracterização de carreiras hoje consideradas típicas de Estado, tornando-as passíveis de descarte ou substituição por terceirizados ou celetistas, ambos sem proteção.

A análise poderia ainda incluir outras más notícias, mas essas já são fartamente suficientes para ilustrar o quão danosa a proposta se configura para os servidores públicos federais, estaduais e municipais, tanto do poder executivo quanto do legislativo e do judiciário. Ou seja, a intenção é atingir a todos.


A quem interessa a aprovação de tal proposta?

Certamente não interessa nem aos servidores e nem à população usuária dos serviços públicos.

Por outro lado, integrantes do Poder Executivo, esperam ansiosos por sua aprovação, ávidos que estão por agradar a setores privados, interessados em abocanhar os abundantes recursos públicos (oriundos da expropriação dos cidadãos de bem e da força produtiva do País, por meio de impostos, tributos, taxas e assemelhados).

E, claro, vemos aqui o interesse do próprio

Continua na página 2



Feliz Dia dos Professores!

A APROFEM deseja a todos os Educadores um dia repleto de reconhecimento, inspiração e alegria. Vocês transformam vidas e constroem o futuro com dedicação e amor!

Reforma Administrativa: um golpe mortal no serviço público

Continuação da 1ª página

setor privado, que vem gradativamente se inserindo no serviço público, com um discurso vazio de melhoria do serviço prestado (o que, às vezes, no início até parece ocorrer) e que, em pouco tempo, se mostra muito pior do que o já intencionalmente sucateado serviço prestado pelo poder público.

Quais as chances dessa PEC ser aprovada?

A julgar pela atual composição da Câmara Federal e do Senado, não é difícil prever que essa proposta seja aprovada com facilidade, até porque, nesses espaços, sabidamente, atuam

os “lobbies” tanto de gestores públicos que gastam muito, e mal, as verbas que deveriam ser destinadas à prestação de serviços à população, quanto de setores privados, de olho nos recursos públicos.

Como poderíamos evitar a aprovação dessa PEC?

Será necessário organizar uma grande mobilização de todos os servidores públicos, de estados, municípios e da federação, tanto do executivo, quanto do legislativo e do judiciário.

Considerando a amplitude dos efeitos nefastos da PEC, é possível imaginar que estamos falando de cerca

de 10 milhões de servidores públicos ativos, aposentados e pensionistas que, potencialmente, representam uma grande força para enfrentar esse desafio.

Como mobilização podemos entender:

- ☒ Marcha a Brasília – Está sendo organizada, por diversas Entidades Representativas, uma caravana a Brasília, prevista para 29/10, com a previsão de participação de servidores de todo o Brasil;
- ☒ Disseminação da informação sobre a própria PEC e sua real intencionalidade, via redes sociais, ou conversas em quaisquer grupos de familiares, amigos, religiosos etc.;
- ☒ Envio de correspondência eletrônica a deputados e senadores, manifestando a discordância com relação à proposta;
- ☒ Pequenas, mas sistemáticas manifestações nos aeroportos no início da semana, quando deputados e senadores embarcam para Brasília, demonstrando nossa discordância;

- ☒ Visitas aos escritórios políticos de deputados e senadores na capital paulista, enfatizando nossa posição;
- ☒ Atuação direta nos gabinetes de deputados e senadores, em Brasília.

O importante é se apropriar das informações e passá-las adiante. O grande trunfo que aqueles interessados na aprovação da Reforma Administrativa detêm é justamente a apatia, a desinformação e a descrença na possibilidade de reversão da situação.

Por isso, conclamamos à conscientização e à mobilização.

Reflita, analise, participe!

Compartilhe com todos os servidores, ativos e aposentados. Participe das atividades do Fórum e das suas entidades.

Vamos às redes, pressionando os parlamentares e repudiando mais essa tentativa de destruição dos serviços e servidores públicos.

E vamos desde já manifestar, aos deputados e senadores, ao presidente da Câmara, Hugo Motta (RE-PB), e ao relator da Comissão, Pedro Paulo (PSD-RJ), nossa rejeição a esta PEC.

SISTEMA DE DIVULGAÇÃO DE PERMUTAS APROFEM

SIMPLES E INTUITIVO

Acesse o Portal, cadastre-se e conecte-se com filiados interessados. Você também poderá fazer buscas, filtrando por DRE ou UE, entre as publicações divulgadas.

Garanta sua permuta de maneira prática e segura!

Acesse: www.aprofem.com.br

A APROFEM não se responsabiliza pelas negociações.

A APROFEM é extremamente criteriosa na seleção de seus parceiros, visando à qualidade das parcerias. Entretanto, a responsabilidade pela qualidade, valores, cobranças, coordenação, validação de diplomas, emissão de certificados é exclusiva do prestador, cuja contratação é direta com o filiado interessado.

JORNAL APROFEM

INFORMATIVO DO SINDICATO DOS PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS DE SÃO PAULO

Journal APROFEM é uma publicação bimestral da APROFEM, dirigida aos Professores e Funcionários Municipais de São Paulo. Jornalista Responsável pela diagramação, Janio T. Ribeiro – MTb. 12.359. OS ARTIGOS ASSINADOS SÃO DE EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES.

EXPEDIENTE

Diretor Responsável: ISMAEL NERY PALHARES JUNIOR

Produção Gráfica: Janio T.Ribeiro/JS Comunicação Tiragem: 60.000 exemplares

Circulação Dirigida com Distribuição Gratuita

APROFEM

SINDICATO DOS PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS DE SÃO PAULO

Fundado em 28 de outubro de 1981

Sede Própria: Rua Humaitá, 483 – Bela Vista – São Paulo/SP – CEP 01321-010 – Central de Atendimento: 3292-5500 – Portal: www.aprofem.com.br

DIRETORIA

DIRETORIA EXECUTIVA

<p>PRESIDENTE - ISMAEL NERY PALHARES JUNIOR</p> <p>SECRETÁRIO GERAL - ANDRÉA CARLA AYDAR DE MELO GENEROSO</p> <p>1º SECRETÁRIO - JOSÉ FLAVIO PINTO</p> <p>2º SECRETÁRIO - PAULO SOARES DA ROCHA</p>	<p>Vice-PRESIDENTE - MARGARIDA PRADO GENOFRE</p> <p>TESOUREIRO GERAL - TERESA CRISTINA SERIPIERRI</p> <p>1º TESOUREIRO - LEILA MARTINEZ SOUTO</p> <p>2º TESOUREIRO - DÉBORA DIMITROV PEDROMO DOMICIANO</p>
---	--

DEPARTAMENTOS

DEPARTAMENTO DE GESTORES/ESPECIALISTAS

ROSANA DE OLIVEIRA NASCIMENTO – ARNALDO RIBEIRO DOS SANTOS
EDIVANI GIOVANETTI – MARCOS MANOEL DOS SANTOS – MÁRCIO ROBERTO THOMAZ

DEPARTAMENTO DE DOCENTES

LUCIANA SILVA MARINHO – CARLA MARINA INOUE – IONE OLIVEIRA DE CARVALHO
JOÃO LUIZ MARTINS – ÉRICA FERREIRA DAMASCENO ALVES

III - ADMINISTRATIVOS, TÉCNICOS E OPERACIONAIS

ROGÉRIO ALVES DIAS (IN MEMORIAN) – MONIKA GIZELA PILLAT REIS
ÁLAN DE MORAES TORELLI – LAFAYETTE CESAR CODINHOTO

CONSELHO FISCAL

<p>MEMBROS EFETIVOS:</p> <p style="font-size: small;">BENILDE SILVA ELAINE BARRIONUEVO BELMONTE KIM REGINA CLEMENTINA PAGLIONE</p>	<p>MEMBROS SUPLENTE:</p> <p style="font-size: small;">CÉLIA PRADO GENOFRE JOSEFINA DE ASSUNÇÃO CARMASSI MIGUEL SOLANGE APARECIDA ORVALHO PEREIRA</p>
---	---

Assuntos(*) tratados na Reunião de Representantes Sindicais da APROFEM

(*) Dentre outros (realizada em 25/09/2025)

PAUTA

- ✓ **Eventos da Entidade**
 - Reuniões de Representantes Sindicais - 25/11/2025
 - Reunião do Grupo de Assessoria aos Representantes Sindicais - 14/11/2025
 - XXVIII Congresso APROFEM
 - Realizado nos dias 26, 27 e 28/08/2025, no Espaço Unimed
 - 3000 delegados congressistas inscritos
 - Matéria nesta edição do *Jornal APROFEM* (Pág. 8)
 - EADs homologados pela SME, gratuitos:
 - 63.000 vagas oferecidas até setembro/2025
 - + 20.000 vagas em outubro e novembro/2025
 - 2.500 vagas por curso
 - **Próximos cursos:**
 - Educação inclusiva e as práticas pedagógicas para estudantes com Síndrome de Down
 - Inscrições 25/09, às 21h.
 - Construindo atividades de Ciência e Arte na Educação Infantil e nos anos iniciais
 - Inscrições: 01/10, às 12h
 - Eventos climáticos extremos: construindo soluções nas escolas
 - Inscrições: 03/10, às 21h
 - **Em homologação:**
 - Educação Digital consciente é fundamental!
 - Musicalidades africanas e afrobrasileiras
 - O olhar da poesia: explorando a poesia virtual
 - Autismo na Escola: estratégias para uma Educação Inclusiva
- ✓ **EXPECTATIVA DE AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE SERVIÇOS PARA OS FILIADOS**
 - Parceria – Atividades Físicas
 - Wellhub (Gympass)
 - Já implantada
 - Pousada Ecológica
 - Iminente concretização da aquisição e anúncio aos filiados
 - Saúde (em estudos de viabilização)
 - Plano(s) de saúde alternativo(s)
 - Consultas médicas
- ✓ **VISITA ÀS UNIDADES MUNICIPAIS**
 - Equipes de Assessoria
 - Sistemáticas, com planejamento logístico
 - Prioridade: Atendimento à solicitação do Representante Sindical
 - Reuniões com as Equipes Escolares
 - Com Diretores da APROFEM e/ou especialistas (temas específicos)
 - Agendamento prévio, autorização da chefia e programação antecipada
- ASSUNTOS GERAIS**
- ✓ **PRÊMIO DE DESEMPENHO EDUCACIONAL 2025**
 - Valores e etapas de pagamento
 - Critérios de cálculo
 - Informações complementares
- ✓ **VIOLÊNCIA NAS UEs**
 - Pleito de formações sistemáticas para os Servidores
 - Envolvimento direto ou indireto:
 - Equipe Escolar
 - Comunidade
 - Conselho de Escola/CEI/CEMEI/CIEJA
 - Conselho Tutelar
- ✓ **“DESCONGELA JÁ” – EVOLUÇÃO AUSPICIOSA**
 - Aprovado na Câmara dos Deputados
 - Senado Federal: busca do regime de urgência
- ✓ **PROGRAMA SÃO PAULO INTEGRAL**
 - Instrução Normativa SME nº 38, de 08/09/2025
 - Reorganiza o Programa SPI

CURTAS

Realização de Provas na Rede Municipal de Ensino (RME)

O Comunicado SME nº 346, de 16/09/2025, trouxe as orientações específicas para a organização e aplicação da Provinha e Prova São Paulo, do SARESP (Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo), do Provão Paulista Seriado e do SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica), para os alunos do Ensino Fundamental, Médio e EJA da RME.

O Comunicado explicita as atribuições e responsabilidades dos Professores Aplicadores e da Equipe Gestora da UE, da Supervisão e da DRE.

É oportuno lembrar que o Prefeito da Capital tem utilizado o resultado dessa modalidade de avaliação para, de forma distorcida e tendenciosa, justificar suas investidas privatizantes contra o Ensino Municipal.

Respeito ao Quadro de Apoio

APROFEM conquista mudança na Calculadora do PDE

A APROFEM questionou a Secretaria Municipal de Educação sobre o uso do termo “outros” na Calculadora do PDE, para se referir ao Quadro de Apoio. Consideramos a expressão inadequada e desrespeitosa diante da importância desses Profissionais da Rede no dia a dia das Unidades Educacionais.

Após o ofício enviado pela Entidade, a SME atendeu prontamente ao pedido e já alterou a nomenclatura da ferramenta, que agora identifica corretamente os cargos de Auxiliar Técnico de Educação, Agente Escolar, Inspetor(a) e demais funções. Mais de 10 mil trabalhadores passam a ser representados de forma justa no PDE 2025.

SME – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Para: Presidência APROFEM <presidencia@aprofem.com.br>

21 de agosto de 2025

Senhor Presidente,

Agradecemos a contribuição e o cuidado em nos reportar a percepção das servidoras e dos servidores do Quadro de Apoio à Educação sobre a nomenclatura utilizada na calculadora do Prêmio de Desempenho Educacional (PDE). Compreendemos o sentimento gerado pelo uso do termo “outros” e reconhecemos que a expressão não reflete o respeito e a admiração que temos por esses profissionais, cuja dedicação é pilar para o funcionamento de excelência para a criação de um ambiente seguro e acolhedor em nossa rede.

Atendendo à solicitação, informamos que a nomenclatura na ferramenta foi imediatamente revista e substituída. Onde antes se lia “Outros”, agora consta “Auxiliar Técnico de Educação, Agente Escolar, Inspetor(a) e demais cargos”. Com essa alteração, mais de 10 mil pessoas que receberão o PDE 2025 passam a ser devidamente representadas por suas funções.

O ajuste alinha-se ao compromisso da Secretaria Municipal de Educação em valorizar cada profissional que contribui para a educação em nossa cidade. O PDE 2025 é um reflexo desse compromisso, contemplando pessoas de 40 cargos diferentes, uma demonstração de que todos os elos desta corrente são essenciais para o avanço na aprendizagem e na redução das desigualdades.

Permanecemos à disposição para o diálogo contínuo.

Atenciosamente,

Secretário-Adjunto de Educação

Seguimos atentos a cada detalhe e atuando para que todos os Profissionais da Rede sejam sempre respeitados e valorizados.

Carteira Nacional Docente do Brasil (CNDDB)

Foi sancionada a Lei Federal que cria a CNDDB, destinada a professores da Educação Básica e Superior, das redes pública e privada. Para a emissão da Carteira, cabe ainda ao MEC regulamentar a medida.

O documento poderá ser solicitado em formato digital ou físico, e trará informações pessoais (nome, CPF, filiação) e dados profissionais do(a) Professor(a). Essas informações deverão ser fornecidas e atualizadas pelo ente público (em nosso caso, o Município). Segundo a propaganda oficial, além de funcionar como identificação profissional, a CNDDB dará descontos em eventos culturais, viabilizará o acesso a benefícios e ferramentas para a rotina de trabalho, como programas de informática, e até redução de preço em diárias de hotéis.

A APROFEM diligenciará para que iniciativa semelhante seja estendida aos demais Profissionais de Educação, bem como para que os benefícios alcancem também os servidores aposentados.

Curso preparatório para Concurso

A Fábrica de Ideias Pedagógicas (FIPED) promoverá cursos preparatórios para os próximos concursos para Professor Fund. I e Fund. II, Diretor de Escola, Supervisor Escolar (VAGAS LIMITADAS)

Descontos especiais para filiados(as) APROFEM.

Maiores informações em www.fiped.com.br

Tels.: 3129-9734/98175-5390

Livro Publicado I

A professora Ana Cristina Batista da Silva, filiada da APROFEM, é autora do livro “O menino e o Sol: uma história de cor e calor”, Editora Literando.

Trata-se de uma narrativa que relata uma vivência com um de seus alunos, onde o garoto não tirava a blusa de frio em nenhuma circunstância. E foi numa aula de Educação Antirracista que o aluno se encorajou e decidiu revelar seu segredo. A narrativa é complexa, mas com um final surpreendente.

Contatos: (11) 97468-2783 – prokriamavida@yahoo.com.br

Livro Publicado II

O Auxiliar Técnico de Educação Elias de Faria, filiado da APROFEM, é autor do livro “Você acha que o que acontece é por acaso?”, Ed. da Autora.

Contatos: efaria75@gmail.com

Remoção 2025 – Ensino Municipal

A APROFEM ingressou com uma Ação (Coletiva) Civil Pública, buscando proteger de forma expressa e inequívoca os interesses dos Profissionais do Quadro do Magistério e do Quadro de Apoio, nesse quesito Remoção.

Defender o direito à remoção para todos os Profissionais de Educação efetivos (estáveis e não estáveis), assim como assegurar a disponibilização de todas as vagas existentes (inclusive as vagas de módulo sem regência, para os docentes), é o compromisso da Entidade com os seus Representados.

A não concessão da tutela antecipada na Ação Coletiva, bem como a recente suspensão provisória, pelo TJ-SP, da liminar concedida na Ação Popular ajuizada por parlamentares (e na qual a APROFEM postula figurar como *Amicus Curiae*), não interrompem o curso das Ações e a expectativa do julgamento.

No fechamento desta edição, uma liminar obtida por outra entidade representativa, versando sobre a disponibilização das vagas sem regência, assegurava a condição de *sub judice* para o Concurso de Remoção.

A APROFEM assegurará a divulgação da evolução dos acontecimentos, através de seus recursos informativos.

Busca da retomada do respeito aos Gestores Educacionais e demais Profissionais da Educação

Recente decisão judicial provisória possibilitou à SME determinar o retorno às atividades do Projeto “Aprimorando Saberes – Diretores de Escola”, a partir de 25/08/2025.

Para a APROFEM, afasta os Profissionais experientes e altamente qualificados com base em critérios frágeis e questionáveis não contribui para a melhoria da Educação e, ao contrário, desrespeita os Diretores e enfraquece a gestão das Unidades Educacionais.

A APROFEM é veementemente contra o afastamento arbitrário e seguirá acompanhando e atuando para resguardar os direitos dos Gestores Educacionais. A Entidade continuará cobrando que a Prefeitura invista em políticas públicas sérias, voltadas à valorização profissional e ao fortalecimento da Educação Pública.

Elogio: Aula de Informática Básica – Orientação Tecnológica

“Só tenho elogios às aulas de informática básica oferecidas pela APROFEM. Tenho aprendido muito e me sinto bastante segura quanto ao que estou aprendendo. Recomendo a todas(os) as(os) filiadadas(os) que se sintam “analfabetas(os)”, como eu, no uso das tecnologias. Obrigada pela dedicação para comigo. Aulas interessantes, dinâmicas e com muita paciência do professor. Obrigada!” (*Profa. Márcia Aparecida*)

APROFEM na Mídia

A pesquisa da APROFEM sobre a saúde e o bem-estar dos Profissionais da Educação teve grande repercussão na imprensa, com destaque para o SPTV 2ª Edição, da TV Globo, e ampla divulgação em jornais, rádios e portais de notícias. Veja a matéria no **Portal APROFEM**.

Projeto Experiência e Sapiência – Melhor Idade

Encontros mensais na Unidade República, com atividades culturais, bate-papos e momentos de convivência que fortalecem laços e valorizam a experiência dos servidores aposentados. Confira a programação no **Portal APROFEM** e nas news semanais enviadas por e-mail.

Colônias de Férias e Pousada APROFEM

Programação para Sorteio – Natal, Fim de Ano/2025 e Férias de Janeiro/2026

A APROFEM divulga a programação para uso das Colônias de Férias e da Pousada APROFEM nos períodos de Natal, Ano Novo e Férias de Janeiro/2026.

A utilização será mediante sorteio eletrônico, conforme realizado nos anos anteriores.

Todos os filiados que estiverem em dia com suas mensalidades poderão realizar uma (1) inscrição, escolhendo um (1) período e uma (1) opção de Colônia ou Pousada.

A inscrição será realizada on-line, exclusivamente pelo **Portal APROFEM**, no período de 03/11/2025 (segunda-feira), a partir das 10h, até 12/11/2025 (quarta-feira), às 23h59.

* Leia todas as regras para participação no **Portal APROFEM**, a partir do dia 20/10/2025: www.aprofem.com.br/reservas-programacao-sorteio-2025

ATIBAIA, BOIÇUCANGA, CAMPOS DO JORDÃO, PERUIBE, PRAIA GRANDE, SÃO ROQUE		
PERÍODOS PARA NATAL, FIM DE ANO/2025 e FÉRIAS DE JANEIRO/2026**		
Natal	DE 23/12/2025 A 27/12/2025	04 DIÁRIAS
Ano Novo	DE 30/12/2025 A 03/01/2026	04 DIÁRIAS
1º Período	DE 07/01/2026 A 11/01/2026	04 DIÁRIAS
2º Período	DE 15/01/2026 A 18/01/2026	03 DIÁRIAS
3º Período	DE 22/01/2026 A 25/01/2026	03 DIÁRIAS
4º Período	DE 29/01/2026 A 01/02/2026	03 DIÁRIAS

**Sujeito a alteração

Retomada das Negociações com a SME – CRONOLOGIA E DESTAQUES

✓ Dia 1º de agosto

Reunião conjunta para tratar da Valorização dos Servidores do Quadro de Apoio

A **APROFEM** esteve com a Secretaria Municipal de Educação (SME) para tratar da valorização do Quadro de Apoio à Educação – segmento fundamental para o funcionamento das Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino.

A Entidade apresentou um conjunto de reivindicações que envolvem:

- Criação de plano de carreira com possibilidade real de progressão;
- Revisão da Evolução Funcional, valorizando cursos, experiência e atuação em projetos;
- Condições adequadas de trabalho, com estrutura, EPs e acesso à tecnologia;
- Critérios justos para o PDE, que considerem o impacto do Quadro de Apoio no cotidiano escolar;

- Atribuições claras e combate ao desvio de função;
- Critérios objetivos para definição de horário de trabalho e redução da jornada para 30 horas semanais (J-30), sem redução salarial;

- Extensão do pagamento de serviço noturno a servidores dos CEUs;
- Aumento da Representação Sindical efetiva do Quadro de Apoio;
- Realização de Encontros com Diretores de Escola como parte da implementação do Programa “EntreNós: Convivência Ética e Democrática na escola e na sociedade”, em parceria com a Faculdade de Educação da Unicamp;

- Saúde e segurança no ambiente escolar, entre outros itens.

A **APROFEM** também reafirmou sua posição contrária ao regime de subsídio, por comprometer a política de carreira e a evolução funcional dos Servidores.

A pauta foi extensa, o que impediu o aprofundamento da discussão sobre piso salarial. Ainda assim, a Entidade apresentou reivindicação sobre o tema e destacou que os salários seguem defasados, apesar do discurso institucional de valorização.

Consulte a íntegra do Ofício APROFEM nº 050/2025 em: <http://bit.ly/3KDbcCJ>

Encaminhamentos da reunião:

- Criação de um Grupo de Trabalho (GT) com representantes das Entidades Sindicais; **(Criado pela Portaria SME nº 9.213, de 1º/10/2025)**
- Consulte sua íntegra em: <http://bit.ly/4mWNU4e>
- A SME respondeu à **APROFEM** “que os pleitos apresentados pela Entidade demandam análise aprofundada, inclusive quanto à estimativa de impacto orçamentário-financeiro, sugerindo que sejam analisados e discutidos no âmbito do Grupo de Trabalho para proposição de medidas de valorização dos Profissionais do Quadro de Apoio”;
- Convite à SEGES para indicar representantes ao GT, com publicação no Diário Oficial;
- SME fará contato com a respectiva secretaria para tratar do papel da GCM nas escolas;
- SMS será convidada a dialogar com o GT, visando ampliar o atendimento em saúde e inclusão nas escolas;
- Entidades Sindicais serão incluídas nas ações de promoção da saúde mental dos Servidores;
- A SME buscará, junto à SEGES/COGEP, ajustes sobre procedimentos relacionados ao pagamento do PASEP.

A **APROFEM** reforça que a valorização do Quadro de Apoio é essencial para a qualidade da Educação Pública e seguirá mobilizada em defesa dos direitos da categoria.

✓ Dia 08 de agosto

Reunião conjunta para tratar da Valorização dos Servidores de Nível Superior

Durante o encontro na SME, a **APROFEM** reiterou sua pauta histórica de reivindicações, com destaque para:

- **Equiparação salarial** com as demais carreiras de nível superior da Prefeitura;
- **Incorporação dos abonos** nas tabelas de vencimentos, garantindo efeitos financeiros nas promoções e evoluções funcionais;
- Concessão de **gratificação de serviço noturno** aos servidores que atuam nos CEUs, como Analistas de Educação Física, Bibliotecários e outros;
- **Concursos de acesso urgentes** para Diretor de Escola, Coordenador Pedagógico e Supervisor Escolar;
- **Ampliação de módulos de Coordenador e Assistente de Diretor** nas Unidades Educacionais, inclusive em CEI e EMEI;
- **Redução de alunos** por sala/turma/agrupamento;
- Regulamentação do inciso II do art. 53 da Lei 14.660/07, para garantir acesso à formação continuada;
- Implementação efetiva do **Programa Bolsa Mestrado/Doutorado Educador**;
- **Ajustes no Horário de Estudante**, considerando as condições de tráfego da cidade;
- **Validação de todos os cursos** de formação da SME para fins de pontuação na Promoção por Merecimento;
- **Melhorias nas condições de trabalho**, com infraestrutura e recursos adequados;
- **Participação efetiva** dos servidores nos processos decisórios da rede;
- **Atenção à saúde mental**, com ampliação da rede de apoio aos profissionais;
- **Prevenção de furtos e reforço da segurança escolar**, com destaque para os episódios recentes na EMEI Marcílio Dias.

Também foi apresentada a proposta de **pisos salariais atualizados** para os diversos cargos da carreira do Magistério e Gestão Educacional, alinhados à Pauta Geral de Reivindicações da **APROFEM**, garantindo reconhecimento e justiça aos Servidores.

A entidade também manifestou seu **repúdio a qualquer tentativa de adoção do modelo de subsídio** para remuneração dos Profissionais da Educação.

Durante a reunião, a SME se comprometeu a:

- Apresentar panorama sobre concursos, distribuição de módulos e quantidade de cargos vagos na próxima reunião, marcada para 22 de agosto;
- Convocar reunião entre COCEU e analistas de esporte e bibliotecários, para diálogo direto;
- Estudar a ampliação do horário de estudante, em articulação com a SEGES;
- Analisar a possibilidade de desligamento da JEIF por solicitação individual, com orientações às DREs;
- Avaliar, junto à COGEP, as regras em vigor para validação de cursos para fins de Evolução Funcional e fará uma revisão para possibilitar mudanças.
- Revisar temas orçamentários relacionados a gratificações, JEIF, TEX e GLT;
- Discutir sobrecarga de trabalho no horário de formação com a COPED;
- Apresentar ações sobre saúde mental e infraestrutura, especialmente conforto térmico;
- Reforçar medidas de segurança escolar, com articulação junto à SMSU e ao Gabinete Intersecretarial de Proteção Escolar.

✓ Dia 11 de agosto

Reunião conjunta para tratar da Formação de Servidores e Qualidade das Aprendizagens

Em mais uma reunião com a Secretaria Municipal de Educação (SME), a **APROFEM** reforçou a importância da Valorização dos Profissionais da Educação – Quadro de Apoio, Corpo Docente e Equipe Gestora – como condição essencial para melhorar a qualidade do Ensino na Rede Municipal.

No encontro, a Entidade apresentou um conjunto de reivindicações, entre elas:

- Garantia de participação na JEIF e ampliação da formação continuada;
- Capacitação específica para o Quadro de Apoio;
- Incentivo a cursos de pós-graduação gratuitos;
- Reconhecimento de cursos externos para evolução funcional;
- Melhoria da infraestrutura, climatização e políticas permanentes de saúde;
- Reajuste salarial com incorporação de abonos e atualização do plano de carreira;
- Preservação do recesso para descanso;
- Formação da Equipe Gestora sobre prevenção ao assédio moral.

A **APROFEM** reafirmou que não há educação pública de qualidade sem valorização concreta, investimentos em carreira, saúde e formação dos profissionais, e reiterou sua disposição para colaborar no desenvolvimento de políticas públicas que reconheçam e fortaleçam o papel transformador dos Profissionais da Educação.

Encaminhamentos da SME

- Analisar a validação de cursos oferecidos por Sindicatos para fins de Evolução Funcional, ampliando o rol de formações voltadas a estudantes e profissionais envolvidos nos processos de ensino e aprendizagem;
- Acompanhar de forma mais próxima os indicadores de qualidade da Educação Infantil, considerando os apontamentos dos planos de ação construídos coletivamente por DRE e SME;
- Apresentar aos Sindicatos a proposta de avaliação desenvolvida em parceria com a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal;
- Apresentar a estrutura proposta para a EMFORPEF (Escola Municipal de Formação de Profissionais da Educação do Futuro) em reunião futura com os Sindicatos;
- Apresentar análise e panorama do GIPE sobre violência e proteção escolar, com participação da equipe do programa EntreNós para expor sua atuação.

✓ Dia 22 de agosto

Reunião conjunta para tratar do tema a Revogação de artigos da Lei nº 18.221/2024 relativos à Educação

Na reunião realizada com a SME, a **APROFEM** apresentou suas considerações sobre os prejuízos trazidos pela Lei nº 18.221/2024 e reforçou a necessidade de revogação dos Artigos 1º, 14, 15 e 16, que impactam diretamente os Profissionais da Educação.

Além disso, a Entidade também levou à pauta reivindicações contidas no seu Ofício nº 58/2025, que questiona a forma como a SME vem conduzindo propostas de Educação Integral. O documento denuncia a ausência de diálogo democrático, já que decisões têm sido tomadas sem consulta às Entidades Representativas, desconsiderando a realidade das Unidades Educacionais e da comunidade escolar.

Entre os principais pontos discutidos, destacamos:

- Defesa da manutenção da JEIF para docentes em readaptação funcional, em licenças médicas ou por motivo de doença em pessoa da família, sem redução de vencimentos;
- Crítica à ampliação dos contratos temporários de até 5 anos, reafirmando a necessidade de abertura imediata de Concursos Públicos e chamada dos concursos em vigência;
- Garantia de acessibilidade e preservação de direitos dos Servidores em readaptação funcional, sem restrições injustas ou remoções compulsórias;
- Contestação de dispositivos que retiram o direito de ingresso na JEIF e que reduzem vencimentos de docentes em licença;
- Defesa da autonomia das Unidades Educacionais e da valorização das Equipes Gestoras, contrárias a medidas que concentram responsabilidades sem oferecer condições adequadas de trabalho;
- Crítica à fragilidade do processo de construção da Educação Integral, conduzido apenas com as DREs, sem refletir a realidade das escolas e seus territórios;
- Alerta para a precarização dos serviços de apoio, como a terceirização da limpeza e higienização, que compromete a saúde coletiva;

Questionamento sobre os impactos da proposta de Educação Integral no trabalho docente, destacando o risco de sobrecarga, desmotivação e aumento de afastamentos diante da falta de valorização e infraestrutura adequada.

A APROFEM ressaltou que, embora já tenham ocorrido diversas reuniões com a SME, espera-se que esse processo de diálogo resulte em avanços concretos, com a incorporação das reivindicações da Categoria. O objetivo da Entidade é garantir que os encontros não se restrinjam à escuta, mas se transformem em medidas efetivas de valorização e respeito aos Profissionais da Educação.

A Entidade reafirmou ainda que os dispositivos da Lei nº 18.221/2024 representam retrocessos graves e injustos, assim como a forma autoritária com que a SME vem impondo a Educação Integral, sem a necessária construção coletiva. Tais medidas prejudicam tanto a valorização profissional quanto a qualidade da Educação Pública Municipal.

Encaminhamentos da SME

- SEGES encaminhará as questões relacionadas às perícias médicas internamente, para avaliação e manifestação de COGESS;
- A SME analisará todas as questões, reivindicações e críticas apresentadas na reunião, com o compromisso de devolutiva.

✓ Dia 16 de setembro

Reunião conjunta para tratar do Calendário Escolar 2026 e Instruções Normativas

A APROFEM participou de mais uma reunião periódica com a Secretaria Municipal de Educação (SME), dando continuidade ao diálogo permanente em defesa da categoria e da qualidade da educação pública. O encontro teve como pauta central o calendário escolar, organização das unidades educacionais, processo inicial de escolha e atribuição de classes/blocos/aulas e diretrizes, além dos procedimentos e períodos de realização de matrículas para 2026.

A Entidade destacou que a construção coletiva do Calendário Escolar, com efetiva participação dos educadores e da comunidade, é condição fundamental para o fortalecimento da Rede e para a valorização dos profissionais. Nesse sentido, **reiterou a importância de garantir férias em janeiro e recesso em julho**, conforme previsto em lei, além da necessidade de preservar períodos adequados para formação, planejamento e diálogo com as famílias.

Entre as reivindicações apresentadas, a APROFEM apontou a necessidade de revisão da redução do recesso escolar, ocorrido em 2025, propondo que os dias de formação sejam utilizados como compensação de pontos facultativos, assegurando ao menos duas semanas contínuas de descanso. Também defendeu a realização de cinco reuniões anuais com familiares, a autonomia das escolas para definir o "Dia da Família na Escola" e a ampliação do período de organização pedagógica no início de cada ano letivo.

No que se refere às Instruções Normativas, a Entidade cobrou que estas sejam enviadas previamente às Entidades Sindicais, com tempo hábil para análise e debate, para assegurar transparência e construção conjunta. Outras pautas apresentadas incluíram a valorização e participação do Quadro de Apoio nas formações, a adequação das regras da Jornada Especial Integral de Formação (JEIF), a garantia de clareza e justiça nos processos de atribuição de classes e aulas, e debate sobre o Plano Municipal de Educação.

A APROFEM também alertou para a necessidade de assegurar vagas prioritariamente nos equipamentos diretos da Rede Municipal, limitando convênios e parcerias em caráter complementar. Reivindicou, ainda, maior clareza e padronização nos processos de matrícula e atendimento às famílias, além da **criação de módulos específicos para professores readaptados**, que hoje não estão contemplados pela legislação vigente.

Ao final, a Secretaria Municipal de Educação informou que analisará ponto a ponto as colocações apresentadas pela Entidade, quando houver a elaboração das minutas, comprometendo-se a fornecer devolutivas sobre os encaminhamentos considerados.

Em relação à necessidade de discussão sobre o novo Plano Municipal de Educação, reconheceu a proposta de convidar as Entidades para discutir contribuições, no último bimestre de 2025.

A APROFEM reafirma que a qualidade da educação pública depende do respeito às condições de trabalho dos Servidores e da construção conjunta de calendários e normativas que atendam às reais necessidades da Rede Municipal de Ensino.

✓ Dia 19 de setembro

Reunião conjunta para tratar dos temas: horário especial para acompanhamento de pessoas com deficiência e Férias dos Servidores ingressantes

A APROFEM encaminhou, em 17 de setembro, ofício à Secretaria Municipal de Educação (SME) solicitando atenção urgente a duas pautas centrais para os Profissionais da Rede Municipal: a regulamentação do horário especial para acompanhamento de trabalho dos Servidores Municipais com deficiência e seus dependentes, conforme Decreto nº 62.835/2023, e as regras sobre férias dos Servidores ingressantes.

Na reunião, a Entidade destacou que alguns profissionais necessitam de acompanhamento contínuo para si ou para dependentes, em razão de deficiência, o que demanda ajustes na jornada de trabalho, sem prejuízo da remuneração. As reivindicações incluem: a manutenção da jornada vigente no momento da concessão do direito; alterações na legislação para garantir o Auxílio- Refeição mesmo em jornadas inferiores a 30 horas; adequações em portarias sobre designação/nomeação para cargos; e o pagamento da verba de locomoção a gestores.

A APROFEM também defende a equiparação de critérios para definição de dependentes aos moldes da Lei Federal, além da criação de uma rede de proteção e assessoramento em saúde mental para profissionais nessa condição. Durante a reunião, a Entidade questionou incoerências na restrição de direitos relacionados à jornada e benefícios quando Servidores utilizam o horário especial, apontando divergências entre a Legislação Federal (Lei nº 8.112, de 11/12/1990, Tema 1097 da Reperçussão Geral do Supremo Tribunal Federal e Nota Técnica nº 113) e o decreto e portaria regulamentando a matéria.

A SME comprometeu-se a aprofundar o debate em conjunto com a Secretaria de Gestão e a participar das discussões previstas para análise de propostas.

Em relação às Férias dos Servidores, a APROFEM apontou que as alterações trazidas pela Lei nº 17.722/2021 e regulamentações posteriores geraram prejuízos que precisam ser corrigidos. Entre as propostas apresentadas, estão: a revogação dos dispositivos que reduziram o direito a 30 dias anuais; a garantia de pagamento de um terço de férias proporcionais; a possibilidade de compensação dos dias gozados em janeiro, para quem ainda não havia adquirido direito a 30 dias; e o respeito à decisão judicial que vedou descontos por ausências justificadas.

A APROFEM reafirma que Férias são um direito fundamental para a manutenção da saúde e qualidade de vida, além de condição essencial para a continuidade do trabalho pedagógico com segurança. Ressalta, ainda, que seu posicionamento busca a revogação do artigo 4 da Portaria nº 9.547/2023, e anistia dos débitos já lançados em decorrência dessa decisão unilateral do Governo.

A SME, por sua vez, reconheceu a necessidade de ajustes e informou que segue as normas da Secretaria de Gestão, mas assumiu o compromisso de alterar o artigo 4 da Portaria nº 9.547/2023, a fim de viabilizar critérios mais justos para compensação de dias. Também se comprometeu a garantir que os Servidores sejam devidamente informados sobre eventuais valores em débito, evitando a criação de passivos sem transparência.

✓ Dia 3 de outubro

Reunião conjunta para tratar da Educação Integral e Organização Escolar

Em reunião realizada na Secretaria Municipal de Educação (SME), a APROFEM entregou ofício com demandas prioritárias sobre Educação Integral e Organização Escolar. A iniciativa reafirma o compromisso da Entidade em defender os Profissionais da Rede Municipal de Ensino e garantir condições justas de trabalho.

No documento, a APROFEM destaca a implementação do Programa São Paulo Integral (PSP) em toda a RME, enfatizando a necessidade de ajustes para que a proposta seja realmente viável. Entre as reivindicações, estão:

- Ampliação de Módulos Docentes e do Quadro de Apoio;
- Abertura de novos grupos de PEA e JEIF;
- Oferta de cursos e incentivo à participação dos Profissionais e Unidades;
- Realização de Concursos Públicos para novas funções;
- Valorização dos Docentes Efetivos da Rede;
- Prioridade, nos CEUs, para a utilização de equipamentos e espaços.
- A Entidade também solicita maior participação das escolas e das Entidades Sindicais nas discussões dos Grupos de Trabalho, de modo que as decisões sejam tomadas com diálogo coletivo e transparência.

Outro ponto ressaltado pela APROFEM é a importância de respeitar as especificidades de cada Unidade, garantindo recursos humanos e infraestrutura adequados. As medidas incluem reduzir o número de alunos por turma, melhorar as condições de acessibilidade, criar salas de apoio à inclusão e assegurar uma rede de apoio completa, envolvendo saúde, assistência social e segurança. Para a APROFEM, a Educação Integral exige não apenas ampliação do tempo escolar, mas também condições reais para assegurar qualidade.

Em relação à Organização Escolar, a Entidade apresentou propostas para tornar a rotina das Unidades mais eficiente, como a realização de formações quinzenais para o Quadro de Apoio durante a Jornada de Trabalho, o fortalecimento das reuniões coletivas da JEIF e a criação de mecanismos padronizados para o atendimento das demandas das famílias. Essas medidas visam fortalecer a integração escolar e garantir atendimento ágil à comunidade.

Embora reconheça avanços pontuais na Instrução Normativa nº 38, a APROFEM alerta que ainda há lacunas a serem superadas para que a política educacional atenda plenamente às necessidades da Comunidade Escolar. A Entidade reafirma sua posição contrária à contratação precária e reforça a urgência de assegurar estabilidade e valorização da carreira dos Profissionais.

A APROFEM reitera que seguirá firme na defesa dos Profissionais da Educação e na luta por condições dignas de trabalho e por uma educação pública de qualidade para todos.

INVISTA EM SUA CARREIRA

Faculdades Integradas Campos Salles: condições exclusivas para Filiados APROFEM

EXTENSÕES UNIVERSITÁRIAS GRATUITAS – 2025

Todo filiado APROFEM tem direito a **uma** extensão de 32h + **uma** de 100h

CONFIRA O CALENDÁRIO:

Abertura inscrições	Início de estudo
03/11, às 21h	01/12
01/12, às 21h	15/12

* não será permitido troca de turmas ou de temas.
** Prazo de 30 dias para conclusão da extensão de 32h e de 60 dias para conclusão da extensão de 100h.

FIQUE ATENTO: CONDIÇÕES ESPECIAIS VÁLIDAS ATÉ 20/12/2025*!

Pós-Graduação EAD

Mais de 40 temas na área de Educação, todos na modalidade EAD

Segunda Licenciatura

Aproveite as últimas turmas EAD, com conclusão em 6 meses

Pró-Superior

Supletivo de Ensino Médio + Tecnólogo Superior

Acesse www.aprofem.com.br e confira demais informações e regras.

CAMPOS SALLES
EDUCAÇÃO 360

READAPTAÇÃO

Orientações para o Preenchimento do RAPRE – para Professores Readaptados e Chefas Imediatas da Rede Municipal de Ensino de São Paulo

1. Introdução

Este material didático foi elaborado com o objetivo de orientar professores(as) em readaptação funcional e suas respectivas chefias imediatas sobre o correto preenchimento do **Registro das Atividades dos Profissionais em Readaptação (RAPRE)**.

Com as recentes alterações legislativas, notadamente a Lei nº 18.221/2024, o RAPRE deixou de ser um mero registro de tarefas e tornou-se o instrumento decisório para garantir o direito do professor readaptado de ingressar ou permanecer na Jornada Especial Integral de Formação (JEIF), a partir de 2026.

Um preenchimento inadequado, vago ou puramente administrativo pode resultar no impedimento de acesso à JEIF, com severos impactos funcionais e financeiros. Portanto, a elaboração cuidadosa e estratégica deste documento é fundamental para a proteção dos direitos e da dignidade profissional dos educadores.

2. Contextualização Jurídica: Por que o RAPRE é tão importante?

A Lei nº 18.221/2024 alterou o Estatuto do Magistério (Lei nº 14.660/2007), estabelecendo em seu artigo 24, § 2º, que:

“os docentes portadores de laudo de readaptação ficam impedidos de ingressar na Jornada Especial Integral de Formação, salvo aqueles que estiverem em regência de turmas, classes ou aulas ou exercendo funções de Salas de Leitura, Laboratórios de Informática, Apoio Pedagógico e Educação.”

Na prática, isso significa que a Administração irá consultar exclusivamente o RAPRE, validado pela COARP, para verificar se as atividades do professor se enquadram em uma das exceções legais. Não haverá espaço para interpretações ou comprovações posteriores: **o que estiver registrado no documento determinará o direito.**

3. O Passo a Passo para a Elaboração e Validação do RAPRE (Docentes e demais Servidores)

O processo, delineado na Instrução Normativa SME nº 19/2025, segue um fluxo claro que exige a colaboração entre a chefia imediata e o servidor.

❑ Passo 1: Recebimento do Laudo Médico

A chefia imediata recebe o laudo pericial da Coordenadoria de Gestão de Saúde do Servidor (COGESS) e deve tomar ciência das restrições médicas do Profissional.

❑ Passo 2: Diálogo e Definição das Atividades

Chefia e servidor devem dialogar sobre as possibilidades de atuação, considerando a trajetória profissional, as habilidades do servidor e, fundamentalmente, as restrições do laudo.

❑ Passo 3: Preenchimento do RAPRE

A chefia imediata preenche o formulário do RAPRE, descrevendo as atividades que foram definidas em conjunto com o servidor. **Esta é a etapa mais estratégica do processo.**

❑ Passo 4: Manifestação do Servidor

O servidor deve ler atentamente o conteúdo do RAPRE e manifestar sua ciência. Caso discorde, poderá preencher o Requerimento de Avaliação de Atividades (RA).

❑ Passo 5: Envio e Análise pela COARP

O RAPRE (e o RA, se houver) é encaminhado para a Comissão de Avaliação de Compatibilidade de Atividades da Readaptação Funcional (COARP). A COARP tem a atribuição de analisar e validar se as atividades são compatíveis com o laudo médico e a legislação.

❑ Passo 6: Validação e Início das Atividades

Após a validação pela COARP e a publicação da decisão pela COGESS, o servidor passa a exercer oficialmente as atividades descritas e validadas no RAPRE.

4. Guia Prático: Como Preencher o RAPRE de Forma Estratégica

O preenchimento do RAPRE é um ato de responsabilidade compartilhada que poderá definir o futuro funcional do professor readaptado. Chefias imediatas e servidores devem encarar-lo com a máxima seriedade, construindo um registro sólido, tecnicamente fundamentado e pedagogicamente relevante.

É necessário ter alguns cuidados essenciais:

- **Coerência com o laudo médico** – não registre atividades incompatíveis com as restrições.
- **Clareza técnica** – evite termos vagos. Use expressões ligadas à pedagogia/didática e aos documentos da SME.
- **Respaldo legal** – sempre cite a lei e a instrução normativa.
- **Registro estratégico** – detalhe funções de forma a possibilitar o enquadramento nas categorias previstas.
- **Validação da chefia** – assegure que o diretor/coordenador entenda a importância do preenchimento adequado.

Agir de forma estratégica neste momento é a melhor maneira de assegurar que os direitos dos professores que, por questões de saúde, precisaram adaptar suas funções, sejam plenamente respeitados e sua valiosa contribuição à Educação seja reconhecida.

A APROFEM oferece aos filiados interessados orientações e suporte para o preenchimento do RAPRE/RA, com definições técnicas e pedagogicamente fundamentadas. Exemplos:

Descrição Inadequada (a ser evitada)	Descrição Estratégica e Fundamentada (recomendada)
"Fica na Sala dos Professores, organizando."	" Apoio ao planejamento pedagógico coletivo da unidade: Participa do planejamento pedagógico da Unidade Educacional, colaborando com a sistematização das propostas curriculares, considerando os documentos norteadores da SME e as necessidades específicas dos estudantes."
"Atende os pais na secretaria."	" Apoio ao acolhimento de estudantes e responsáveis: Atua no acolhimento de estudantes e familiares, contribuindo com o fortalecimento do vínculo entre comunidade e escola e prestando informações sobre o funcionamento da Unidade."

CANTINHO DO PORTUGUÊS

Perder as estribeiras

Prof. Arnaldo Ribeiro dos Santos *

Em seus estudos socioculturais e linguísticos, Câmara Cascudo, *destacado e respeitado pesquisador da história e do folclore brasileiros*, ao tratar da origem de expressões típicas do nosso idioma, apresenta-nos o seguinte registro relacionado à expressão linguística *perder as estribeiras*.

Segundo ele, tal expressão – *perder as estribeiras* –, com o tempo, passou a significar “perder o controle, direção, desmoronar-se em palavras e atos. Exceder-se na resposta incortês e violenta. Momentaneamente desatinado. É, simplesmente, perder o contato com os dois *estribos*, não mais dominando a montada. Desequilibrar-se, tonteando na sela. Nas antigas corridas de Argolinhas e nas de Manilhas, nos séculos X ao XVII, tais situações desclassificavam o cavaleiro do páreo. Nas velhas corridas de cavalos sertanejas, quem perdesse as estribeiras, perdesse os estribos, ficasse bambeando, atrapalhado, temendo queda, pagava multa de bebidas aos companheiros, em pleno alarido zombeteiro.”¹

Por seu turno, AURÉLIO, *estribado*

na origem remota da expressão *perder as estribeiras*, assim define o substantivo estribeira: “S. f. 1. Estribo de montar à ginete. 2. Ant. Estribo de carruagem. Perder as estribeiras. Fam. Praticar despropósitos; despropositar, desorientar-se, descomedir-se.” Ainda, do citado dicionarista, oportuno acrescentar a definição de *estribo*: “do gót. *striup(s)!. S. m. Peça de metal, de madeira ou de sola, em forma de aro, caixa ou sapato, presa ao *loro*, de cada lado da sela, e na qual o cavaleiro firma o pé. [...]”²

(*) Prof. Arnaldo Ribeiro dos Santos é diretor da APROFEM

1- CASCUDO, Luís da Câmara. *Locuções tradicionais no Brasil*. São Paulo: Global, 2004, p. 143.

NOTA: Oportuno apresentar o significado dos seguintes termos: a) montar à *ginete*: cavalo de boa raça, fino e bem adestrado. 2. Bras., N. E. Sela dos vaqueiros do sertão [...]. 3. Bras. S. Aquele que é bom cavaleiro, que monta bem e firme. 4. Ant. Cavaleiro armado de lança e adaga. [...] b) *loro*: [Do lat. loru] S. m. 1. Corria dupla afivelada à sela ou selim para sustentar o estribo [...].”

2- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 1 ed., 16 impressão. Rio de Janeiro (RJ): Editora Nova Fronteira, 1975.

SUPORTE E ORIENTAÇÕES TECNOLÓGICAS

- Orientação para utilização do Office 365 nos notebooks da Prefeitura
- Utilização de Google Meet, Classroom, Zoom
- Instalação de softwares
- Esclarecimento de dúvidas e auxílio na navegação da internet
- E muito mais!

*Consulte a relação completa de serviços disponíveis no Portal APROFEM

CONHEÇA TAMBÉM A SALA DE INFORMÁTICA, NA UNIDADE REPÚBLICA!

FAÇA O SEU AGENDAMENTO:
www.aprofem.com.br
(11) 3292-5500

HAPVIDA NOTREDAME INTERMÉDICA

PLANO DE SAÚDE SEM CARÊNCIA PARA FILIADOS E DEPENDENTES!

REDE PRÓPRIA E CREDENCIADA DE CLÍNICAS, HOSPITAIS, SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICO E TERAPIA.

FAÇA AGORA A SUA ADESÃO

*Início sujeito a formação de grupo (dispositivo contratual). Mais informações: www.aprofem.com.br/planos-de-saude

